



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12474/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental – AADESAM
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Carlos Eduardo Araújo de Assis (Ordenador de Despesa), Ezequiel Fernandes de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8223/2022, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental - AADESAM. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Senhor Ezequias Nascimento dos Santos**, Diretor-Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 01.01.2019 a 27.03.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Senhor Bráulio da Silva Lima**, Diretor-Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 28.03.2019 a 31.12.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 –



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Senhor Ezequiel Fernandes de Oliveira**, Ordenador de Despesas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 01.01.2019 a 26.08.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.4. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Senhor Carlos Eduardo Araújo de Assis**, Ordenador de Despesas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 26.08.2019 a 31.12.2019, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.5. Dar quitação ao **Senhor Ezequias Nascimento dos Santos**, Diretor-Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 01.01.2019 a 27.03.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.6. Dar quitação ao **Senhor Braulio da Silva Lima**, Diretor-Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 28.03.2019 a 31.12.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.7. Dar quitação ao **Senhor Ezequiel Fernandes de Oliveira**, Ordenador de Despesas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social – AADES, no período de 01.01.2019 a 26.08.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.8. Dar quitação ao **Senhor Carlos Eduardo Araújo de Assis**, Ordenador de Despesas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico Social –



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

AADES, no período de 26.08.2019 a 31.12.2019, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.9. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.9.1.** Ausência da Relação de empenhos pagos no mês, especificando o número e a data da emissão, credor, programa de trabalho, valor empenhado, valor pago e saldo de empenho, conforme exigido pelo art. 1º, II da Resolução TCE nº 05/90;
- 10.9.2.** Ausência das cópias das Declarações de Bens atualizadas dos servidores que exercem cargos comissionados e dos Diretores da Entidade (art. 13, da Lei nº 8.429/92, disposições legais da Lei nº 8.730/93 c/c art. 289, da Resolução nº 04/02 – TCE AM);
- 10.9.3.** Ausência de informação se houve admissão de pessoal temporário no exercício de 2019; se houver, pede-se para que disponibilize a relação dos agentes públicos admitidos, bem como legislação que ampare e comprove o limite de quantitativo e temporal dos contratos;
- 10.9.4.** Ausência de informação se houve concessão de aposentadorias ou pensões no exercício de 2019, assim como encaminhar cópia de ofício de encaminhamento do TCE/AM, conforme art. 264 e 267, da Resolução TCE AM nº 04/2002;
- 10.9.5.** Ausência de cópia do Quadro de Pessoal, Plano de Carreira, Cargos e Salário e cópia do documento legal de criação de cargos, conforme artigos 39, §§ 1º e 8º e 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal ou legislação específica;
- 10.9.6.** Ausência de concurso público, principalmente, após a promulgação do art. 37, II, Constituição Federal/88;
- 10.9.7.** Ausência de publicidade, informações de interesse público da AADES, tendo em vista que as informações disponibilizadas no sitio do órgão encontram-se de maneira incompleta e precária, contrariando o que diz a letra do art. 8, § 1º e 2º, da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação);
- 10.9.8.** Inexistência de registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, contrariando o art. 8º, 1º, II, da Lei nº 12.527/2011;
- 10.9.9.** Ausência de registros das despesas, contrariando o art. 8º, 1º, III, da Lei nº 12.527/2011;
- 10.9.10.** Conforme consulta no Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCDP, Portal da Transparência e Sistema AFI, observamos que não existem solicitações de viagens e diárias do



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

referido órgão. Pede-se ao jurisdicionado que relacione e encaminhe todas as passagens e diárias pagas pelo órgão no exercício de 2019, assim como que encaminhe documentação que comprove a realização das viagens realizadas por servidores lotados na AADES. Caso não se aplique, que comprove de maneira documentada. Ressaltamos que o não cumprimento de todas as etapas previstas em lei da solicitação e prestação de contas de viagens e diárias aplica-se penalidade prevista no art. 12 do Decreto nº 26.337, de 12 de dezembro de 2006;

- 10.9.11.** Ausência de Termo de Referência com aprovação de autoridade competente (art. 9, § 2º, Decreto Federal 5.450/2005);
- 10.9.12.** Ausência de Nota de empenho do referido contrato, estas não se encontram cadastradas no sistema E-CONTAS, em sua maioria (art. 60 da Lei nº. 4.320/64);
- 10.9.13.** Ausência de Ato designatório de representante de contrato que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes como determina § 1º. e § 2º. do art. 67 da Lei nº. 8.666/93;
- 10.9.14.** Ausência de Parecer Jurídico aprovando a minuta do contrato, como prevê art. 30, IX, do Decreto nº 5.450/2005 e do o art. 38, parágrafo único, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;
- 10.9.15.** Ausência de Indicação do recurso para despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários (com a indicação das respectivas rubricas) que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas no exercício financeiro, conforme estabelece, inciso IV do art. 30 do Decreto nº. 5450/2005, § 2º, inciso III do artigo 7º, c/c o art. 14 da Lei nº. 8.666/93;
- 10.9.16.** Ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratada à prestação dos serviços solicitados, conforme art. 31, I, II, III da Lei nº. 8.666/93 c/c §§2º, 3º, 4º e 5º, deste mesmo Artigo;
- 10.9.17.** Ausência de comprovação de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme art. 71, da Lei 8.666/93;
- 10.9.18.** Ausência de Manifestação do Controle Interno, dentre outras exigências legais;



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.9.19.** Mediante consulta no sistema E-Contas, constamos que não houve registros de contratos assinados pela AADES no exercício de 2019. No entanto, conforme análise do Balanço Financeiro e Notas Explicativas, o referido órgão justificou que o saldo da conta “Obrigações a Pagar”, presente no referido balanço, refere-se a débitos financeiros com fornecedores. Pede-se ao jurisdicionado que relacione e encaminhe, por meios digitais, todos os contratos celebrados pela AADES. Caso não se aplique, pede-se comprovação por escrito;
- 10.9.20.** Ausência da publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, referente à relação de todas as compras realizadas pela administração, tornando transparente e identificando o bem comprado, como também informando o seu preço unitário e a quantidade adquirida, conforme estabelece o art. 16 da Lei nº 8.666/1993;
- 10.9.21.** Ausência de justificativa para a realização de diversas contratações temporárias, esclarecendo se a AADESAM está sendo eventualmente utilizada como mera intermediadora de mão de obra para serviço público, em desrespeito à regra do concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos, prevista no art. 37, inc. II, da Constituição Federal;
- 10.9.22.** Verificou-se no Relatório da Comissão de Avaliação do contrato de gestão nº 001/2019 que a entidade não disporia de conta corrente específica para gerenciar os recursos oriundos dos repasses financeiros, realizando “empréstimos” entre as diversas contas bancárias atreladas aos demais projetos, o que dificultaria a adequada fiscalização dos repasses financeiros estritamente vinculados aos cronogramas físico-financeiros dos respectivos planos de trabalhos, além dos possíveis prejuízos aos rendimentos financeiros dos saldos de recurso.

10.10 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Abril de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº644/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga
Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral